



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
CPL/SELOG/SR/PF/SC

MINUTA

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23519724/2022-CPL/SELOG/SR/PF/MS

Processo nº 08335.001846/2024-72

1. DO OBJETO

1.1. Contratação da empresa **Instituto Negócios Públicos. (CNPJ 10.498.974/0001-09)**, responsável pela realização do **"19º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, que será realizado nos dias 18 a 21 de Março de 2024."** A proposta de contratação a ser realizada pela Polícia Federal objetiva capacitar 5 (cinco) servidores lotados nos setores de Licitações e Gestão de Contratos do SELOG/SR/PF/MS, **no valor unitário de R\$ 5.890,00 (cinco mil, oitocentos e noventa reais), totalizando para 5 (cinco) inscrições o valor de R\$ 29.450,00 (vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, conforme proposta apresentada - documento SEI 34105968.

1.2. O congresso acontecerá na cidade de Foz do Iguaçu/PR, **no período de 18 a 21 de Março de 2024, com carga horária de 26 horas**, sendo organizado pela empresa **Instituto Negócios Públicos**, com participação de renomados palestrantes, conforme documento 34105967, Serão abordados tópicos relativos à nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133/2021, que completará 3 (três) anos de vigência em 01/04/2024, e já se tornou de uso cogente para todos os órgãos da administração direta, autárquica e fundacional.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- A gestão contratos na Administração Publicação Federal está disciplinada em diversos dispositivos legais e infralegais, a exemplo de instruções normativas e acórdãos do Tribunais de Contas. Além disso, demanda conhecimentos interdisciplinares dos agentes públicos em áreas como direito administrativo, direito constitucional, direito civil, direito trabalhista e orçamento público.
- Ademais, a lei n. 14.133/2021 reformulou os regramentos a serem observados no âmbito das licitações e contratações públicas. Dessa forma, cabe aos servidores atuantes na área de licitações e gestão contratual atualizar seus conhecimentos, a fim de continuar exercendo as atividades relacionadas às compras públicas de forma eficiente.
- Dessa forma, o aprofundado conhecimento a respeito de todo o arcabouço jurídico e técnico referente ao tema das contratações públicas é necessário para que os servidores continuem atuando com segurança jurídica. Assim, poderão mitigar a possibilidade de ocorrência de erros que possam ocasionar responsabilizações funcionais, bem como prejuízos ao erário.
- Ademais, somente com o domínio desses conhecimentos é possível planejar, realizar e gerenciar contratações de serviços e bens de maneira eficiente, eficaz e efetiva, de forma a trazer para a Administração as melhores soluções disponíveis no mercado a um custo vantajoso e econômico.
- Outrossim, as unidades de compras e gestão de contratos da Polícia Federal distribuídas em todo o país são responsáveis por um alto volume de aquisição de equipamentos, insumos estratégicos e

contratação de serviços necessários às finalidades institucionais do Órgão. Devido à natureza do órgão, essas contratações são caracterizadas por notável complexidade e alto volume de recursos financeiros empregados. Por esses fatores, verifica-se que os servidores atuantes nessas funções na Polícia Federal precisam estar dotados de conhecimentos técnicos e teóricos, a fim de garantir que as contratações estratégicas do órgão sejam realizadas com a qualidade necessária e de forma célere e econômica.

- Contudo, para que seja possível promover um desempenho técnico eficaz por parte dos servidores atuantes nos setores de compras públicas da Polícia Federal, é de imprescindível importância que a Administração possua uma gestão que tenha como um de seus objetivos principais a capacitação continuada de seus servidores. Cabe ressaltar que as ações de capacitação dos servidores envolvidos nos setores de compras públicas devem estar pautadas na confiabilidade e aplicabilidade dos seus conteúdos, bem como a adequação dos mesmos aos princípios da Administração.
- O Tribunal de Contas da União também recomenda a constante capacitação de servidores que atuam nas compras públicas, conforme se extrai dos seguintes julgados:
 - *Acórdão 2897/2019-TCU- Segunda Câmara- "avalie a conveniência e a oportunidade de prover capacitação contínua de servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos com vistas a aperfeiçoar o setor de contratação";*
 - *Acórdão nº 8.233/2013 - Plenário - "realização, para os servidores que atuam na área de licitações e contratos, de treinamentos sobre licitações sustentáveis, fiscalização de contratos, serviços contínuos e outros correlatos, conforme recomendado no Acórdão 4.529/2012-TCU-1ª Câmara";*
 - *Acórdão 3.707/2015 - 1ª Câmara - "promova a capacitação continuada dos agentes responsáveis pela elaboração de procedimentos licitatórios e adote, formalmente, medidas administrativas que coibam a restrição à competitividade na elaboração de procedimentos licitatórios;*
 - *Acórdão 1.007/2018 - Plenário - "elabore e passe a adotar, rotineiramente, um programa continuado de implementação de ações de treinamento e atualização profissional periódica, com estabelecimento de prazos e metas, que tenha por objetivo o aprimoramento continuado de competências desempenhadas na área de licitações e contratos do HUCFF; por objeto, os temas necessários afetos a licitações e contratos realizadas no âmbito da unidade, inclusive o emprego dos sistemas operacionais aplicáveis; e, por público-alvo, todos os agentes lotados no Serviço de Licitações e Contratos do Hospital e outras subunidades competentes, se houver, bem como agentes designados como fiscais de execução contratual, que, efetivamente, sejam responsáveis pela prática de atos ao longo das fases interna e externa de contratações, consoante o âmbito das funções e atividades exercidas, informando, de forma periódica, o respectivo grau de cumprimento à Auditoria Interna da UFRJ, para acompanhamento".*
- Nesse cenário, o **19º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS E AGENTES DE CONTRATAÇÃO** surge como um dos principais eventos do calendário nacional de capacitação de servidores públicos que atuam na área de licitações e contratações públicas. Isso porque o referido evento promove uma imersão em estudos avançados sobre licitações e contratos administrativos, por meio de palestras e oficinas que abordam os principais e mais sensíveis temas e nuances relacionados aos procedimentos públicos de contratação, com base na legislação, doutrina e jurisprudência acerca do tema.
- Na mesma esteira, o evento de capacitação está em consonância com as diretrizes do planejamento estratégico do órgão, e com os objetivos institucionais e a indicação das áreas estratégicas de capacitação.
- Nesses termos, o principal objetivo da contratação é promover o aprimoramento profissional dos servidores da instituição, proporcionando a formação, capacitação e atualização dos agentes públicos para planejar, licitar, fiscalizar e gerenciar as contratações de serviços no âmbito da Administração Pública Federal.

- Além disso, conta com uma carga horária de 26h, o que é um fator importante tendo em vista a necessidade de tempo para aprofundamento do tema pelos docentes, para resolução de dúvidas e para o aprendizado teórico-prático do extenso conteúdo pelos participantes.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200354

Fonte: 0188000000

Programa de Trabalho: 06.122.2112.2000.0001

Natureza de Despesa: 339039.22

PI: PG99901AG24

4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Congresso Brasileiro de Pregoeiros é o maior encontro de pregoeiros, agentes de compras, e servidores que atuam na área de compras públicas. Um verdadeiro ponto de convergência, onde mais de 30 mil participantes já trilharam o caminho do sucesso.

4.2. Referência nacional, este evento tornou-se um marco significativo na história das aquisições públicas no Brasil. Não é à toa que entre os participantes ecoa a expressão “O ano para as licitações e contratos só começa após o CBP”.

4.3. Tem por fim imediato o desenvolvimento e aprimoramento de servidores que atuam diretamente em licitações e contratações públicas. A capacitação será ministrada por renomados palestrantes, e abordará posicionamentos do TCU, CGU, AGU e outras informações relevantes, a fim de agregar conhecimentos técnicos para viabilizar a adequada condução de contratações de compras e serviços.

5. DA RELAÇÃO DEMANDA X QUANTIDADE

5.1. Pleiteia-se a capacitação de 5 (cinco) servidores dos setores de Licitações e Gestão de Contratos, atualmente composto por 6 (seis) servidores, sendo 3 (três) no Setor de Licitações e 3 (três) na Gestão de Contratos, cujas atribuições englobam a fase licitatória como um todo, além da execução e a formalização de aditivos e reajustes contratuais para as unidades da Polícia Federal em todo o estado de Mato Grosso do Sul.

5.2. A participação dos servidores no evento em questão e, conseqüentemente, os conhecimentos e habilidades absorvidos, conferirão à condução das licitações, à fiscalização e à gestão de contratos administrativos maior segurança jurídica, eficiência e eficácia; justificando-se, assim, a presente demanda.

6. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

6.1. **DA CONTRATADA: Instituto Negócios Públicos. (CNPJ 0.498.974/0001-09).**

6.1.1. No que concerne à empresa promotora do evento, o **Instituto Negócios Públicos** é nacionalmente reconhecido no ramo de treinamento e especialização em contratações públicas e de inquestionável visto que a empresa capacita diversos órgãos e entidades públicas em todo o país.

6.2. DO PALESTRANTE:

6.2.1. O presente congresso será ministrado por renomados palestrantes, conforme documento 34105967, cujos currículos podem ser acessados no endereço "[Palestrantes 19º CBP](#) "

6.3. SOBRE O CURSO:

6.3.1. O curso será realizado nos dias 18 a 21 de Março de 2024, com carga horária de 26 horas/aula, na cidade de Foz do Iguaçu/PR.

6.3.2. A metodologia do curso de capacitação será prática e teórica, consistindo na apresentação do tema em conjunto com atividades práticas.

6.3.3. A Contratada fornecerá o material didático e certificado de participação para o participante que preencher a carga horária mínima exigida, conforme rigoroso controle de presença.

6.3.4. A capacitação apresente o seguinte **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Documento 34105967.

6.4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EVENTOS:

6.4.1. A contratação direta por inexigibilidade de licitação está prevista no art. 75 da Lei nº 14133/21 e pressupõe inviabilidade de competição. De acordo com o "caput" do referido dispositivo, é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição. Por sua vez, os incisos I, II e III do art. 74 trazem hipóteses de cabimento de inexigibilidade, mas não restringe esta forma de contratação direta à caracterização de uma delas.

6.4.2. Assim, sempre que caracterizada a inviabilidade de competição, a licitação será afastada.

6.4.3. Outrossim, a inviabilidade de competição pode decorrer de ausência total de competidores em razão de existir apenas um particular apto a ofertar o bem pretendido pela Administração, bem como pode decorrer da impossibilidade de se comparar objetivamente os diversos objetos similares encontrados no mercado, por possuírem natureza técnica e ser, diretamente, produto do desempenho do profissional especializado que o executa.

6.4.4. Em ambas as hipóteses, a licitação não é caminho adequado para o atendimento do interesse público. Primeiro, porque havendo apenas uma proposta, não se prestará a sua finalidade principal, qual seja, eleger a melhor dentre várias (art. 2º da Lei nº 8.666/93). Segundo, porque as características peculiares do objeto impedem um julgamento objetivo, o que estaria em descompasso com a determinação do art. 3º da Lei nº 8.666/93.

6.5. CONFIGURAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NO CASO CONCRETO:

6.5.1. Acerca da inexigibilidade de licitação, assim dispõe o art. 74 da Lei nº 14.133/21. *In verbis*:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

6.5.2. Ainda: “Art.74. § 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

6.5.3. Do texto legal, extraem-se como requisitos para a configuração desta hipótese de inexigibilidade:

- a) O objetivo deve ser serviço técnico profissional especializado;
- b) O serviço deve ter natureza singular;
- c) O profissional ou empresa contratado deve ser notoriamente especializado.

6.5.4. No caso concreto, todos restam atendidos, como se pode observar:

6.5.5. **O serviço é técnico profissional especializado:**

6.5.6. O art. 74, inciso III, alínea f da Lei nº 14.133/21, classifica expressamente o serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal como técnico profissional especializado. No mesmo sentido, é entendimento do TCU, descabendo, assim, maiores considerações a respeito.

6.5.7. **O serviço é de natureza singular:**

6.5.8. Na linha do entendimento do Tribunal de Contas da União, a singularidade também se concretiza por força da impossibilidade de se estabelecer critérios objetivos de comparação técnica para objetos dessa natureza, que dependem da capacidade e do desempenho do profissional que o executará. Com efeito, conforme esclarece Antônio Carlos do Amaral:

“A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição. Portanto, qualquer tentativa de licitar serviço este restaria frustrada, pela inviabilidade de processar-se o julgamento objetivo”.

6.5.9. **O prestador do serviço é notoriamente especializado:**

6.5.10. O Tribunal de Contas da União, com base no relato do Ministro Adhemar Paladini Ghisi, no processo TC 010.578/95-1 (Ata nº 49/95- Plenário), entendeu: *“para fins de caracterizar a inviabilidade de competição e conseqüentemente a inexigibilidade de licitação, a notória especialização se manifesta mediante o pronunciamento do administrador sobre a adequação e suficiência da capacidade da empresa para atender ao seu caso concreto”.*

6.5.11. Logo, em determinado setor de atividade, pode haver mais de uma empresa com ampla experiência na prestação de um serviço singular, e pode não haver mais de uma empresa com ampla experiência na prestação de um serviço singular, e pode, não obstante, ocorrer que, em circunstâncias dadas, somente uma dentre elas tenha “notória especialização”, será aquela que o gestor considerar a mais adequada para prestar os serviços previstos no caso concreto específico que pretender celebrar.

6.5.12. Além disso, na decisão nº 439/98, anteriormente citada, a referida Corte de Contas assentou ainda que:

"...a Lei não exige que o notório especialista seja famoso ou reconhecido pela opinião pública. De acordo com o texto legal, o conceito do profissional, no campo de sua especialidade, decorre de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades. Citamos novamente Jorge Ulisses Jacoby Fernandes: 'A Reputação da notoriedade só precisa alcançar os profissionais que se dedicam a uma atividade, sendo absolutamente dispensável, ou impertinente, a fama comum, que a imprensa não especializada incentiva'" (in contratação Direta sem Licitação, pg. 316).

6.5.13. À luz dos excertos acima, pode-se afirmar que:

- a) A notória especialização é fruto da análise discricionária do administrador público quanto à capacidade e ao desempenho do profissional/empresa para a execução do objeto;
- b) A notória especialização não requer fama ou reconhecimento público;
- c) O Tribunal de Contas deve respeitar a decisão administrativa de contratação direta que se mostrar razoável, por força da discricionariedade atribuída pela Lei.

6.5.14. Portanto, os instrutores/palestrantes do evento em questão são considerados notoriamente especializado, em face de sua formação técnica, experiência profissional e capacidade intelectual no campo de sua especialidade, demonstrada através da análise curricular.

6.5.15. Por seu turno, a empresa **Instituto Negócios Públicos.**, ministra cursos e eventos na área de licitações e contratos administrativos para servidores de várias instituições públicas, possuindo todas as condições necessárias à contratação com o Poder Público (34105972).

6.6. **Conclusão:**

6.6.1. A contratação do **Instituto Negócios Públicos**, poderá, conforme entendimento acima exemplificado, ocorrer de forma direta, por inexigibilidade de licitação fundamentada no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21.

6.6.2. Por fim, mostra-se inviável a competição em razão da exclusividade do prestador de serviços quanto à capacitação em tela (34106721), em razão das características singulares apresentadas na oferta da capacitação (34105967), que será realizada por renomados palestrantes na área de licitações e contratos administrativos, bem como conterà completa abordagem e diferenciação dos conteúdos a serem ministrados.

7. **DA HABILITAÇÃO**

7.1. Como condição de contratação, realizou-se o exame de documentação referente à habilitação da Contratada (34105972), a fim de se atestar o cumprimento de condições para contratação com a Administração Pública.

8. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Executar os serviços sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, de acordo com as especificações do Termo de Referência;

8.2. Manter durante execução dos serviços todas as condições de habilitação, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições municipais, estaduais e federais (SRF, Dívida Ativa, FGTS, CND/INSS);

8.3. Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços;

- 8.4. Levar imediatamente ao conhecimento da Polícia Federal qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para adoção de medidas cabíveis, bem como comunicar por escrito qualquer tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;
- 8.5. Prover o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, sem interrupção dos mesmos, seja por motivos de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão ou por outros motivos análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente; e
- 8.6. Fornecer Certificado de Conclusão aos participantes no final do evento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: POLÍCIA FEDERAL

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com a conteúdo do evento, constante do processo.
- 9.2. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento.
- 9.3. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, conforme legislação vigente.
- 9.4. Demais obrigações contidas na Lei 14.133/21, no que for pertinente.

10. DO INSTRUMENTO CONTRATUTAL

- 10.1. O instrumento contratual, no presente caso, nos termos da Lei 8.666/93, será substituído pela emissão de Nota de Empenho após lançamento/divulgação/publicação da Inexigibilidade no SIASG e Diário Oficial da União, motivo pelo qual não constará contrato nos autos.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, podendo a Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à Contratada. Cumpre ressaltar que o pagamento não será realizado de forma antecipada.
- 11.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
- 11.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.
- 11.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.6.1. não produziu os resultados acordados;

11.6.2. eixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

11.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.8. Antes do pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

11.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

11.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.

11.14. No momento do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6/100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 12.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 12.1.2. apresentar documentação falsa;
 - 12.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 12.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 12.1.5. não mantiver a proposta;
 - 12.1.6. cometer fraude fiscal;
 - 12.1.7. comportar-se de modo inidôneo.
- 12.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.3.1. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do (s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 12.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.
 - 12.3.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 12.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Proposta Comercial e conteúdo do curso (34105968 e 34105967); e

ANEXO II – documentos comprobatórios de sua situação regular (34105972).

Campo Grande/MS, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **LEVI MONTEIRO DE SOUZA, Agente Administrativo(a)**, em 29/02/2024, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34105970&crc=6BB96738](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34105970&crc=6BB96738).

Código verificador: **34105970** e Código CRC: **6BB96738**.

Referência: Processo nº 08335.001846/2024-72

SEI nº 34105970



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/MS

Assunto: **Inexigibilidade de Licitação**

Destino: **SR/PF/MS e CPL/SELOG/SR/PF/MS**

Processo: **08335.001846/2024-72**

Interessado: **SELOG/SR/PF/MS**

1 – **Reconheço** a necessidade da realização de processo de Inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 74, III, alínea "f" da Lei 14.133/21, para **participação de servidores no 19º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS E AGENTES DE CONTRATAÇÃO**, tendo em vista a necessidade de capacitação.

2 - Informo a disponibilidade de recurso orçamentário para fazer frente às despesas, conforme documento 34151306.

3 – Submeto o processo ao Superintendente Regional para apreciação e, caso haja concordância, aprovação da Minuta do Termo de Referência 34105970 e expedição de **autorizações** correspondentes à contratação direta sem o encaminhamento à CJU/MS e publicação na imprensa oficial, conforme Orientação Normativa 69/2021 emitida pela Advocacia Geral da União.

LEONIDAS GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR

Perito Criminal Federal
Chefe do SELOG/SR/PF/MS
Gestor Financeiro

Despacho SR/PF/MS:

1. APROVO o Termo de Referência 34105970.

2. **AUTORIZO** o Ato da Inexigibilidade de Licitação, na forma prevista no art. 72, VIII da Lei 14.133/21, objetivando a **participação de servidores no 19º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS E AGENTES DE CONTRATAÇÃO** sem o encaminhamento à CJU/MS e publicação na imprensa oficial, conforme Orientação Normativa 69/2021 emitida pela Advocacia Geral da União.

3. AUTORIZO posterior empenho, em cumprimento ao Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012 e conforme subdelegação de competência prevista nas Portarias nº 3945/2013-DG/DPF, de 04 de outubro de 2013, e nº 5551/2015-DG/DPF, de 10 de julho de 2015.

4. À CPL/SR/PF/MS para continuidade do procedimento.

5. Ao NEOF/SELOG/SR/PF/MS para empenho.

FABRICIO DE AZEVEDO CARVALHO

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional em Exercício

Ordenador de Despesas Substituto - UG 200354



Documento assinado eletronicamente por **FABRICIO DE AZEVEDO CARVALHO**, **Superintendente Regional em Exercício**, em 01/03/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEONIDAS GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR**, **Chefe de Setor**, em 01/03/2024, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34112078&crc=E6848039)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34112078&crc=E6848039](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=34112078&crc=E6848039).

Código verificador: **34112078** e Código CRC: **E6848039**.